

BOAS PRÁTICAS

O limite entre o erro e a desonestidade

Uma suspeita de má conduta científica, que desde 2011 repercute na comunidade acadêmica da Dinamarca, sofreu uma reviravolta em fevereiro, quando a Justiça do país inocentou a fisiologista Bente Klarlund Pedersen, pesquisadora da Universidade de Copenhague, da acusação de conduta desonesta. A agência governamental que investiga fraudes científicas, os Danish Committees on Scientific Dishonesty (DCSD), foi condenada a pagar US\$ 61 mil dos custos judiciais do processo. Em 2013, o órgão concluiu que Bente agiu “de forma negligente”, caracterizando “desonestidade científica”, ao reutilizar dados de experimentos em vários artigos e falhar em detectar manipulações de imagens em microscopia cometidas por uma pesquisadora que ela orientava. A Alta Corte do Leste da Dinamarca, porém, considerou que a pesquisadora não agiu de forma desonesta.

O caso levou à retratação de três artigos publicados pelo grupo de Bente e à publicação de uma correção num quarto artigo. Comprovou-se que ela reutilizou resultados de biópsias musculares em vários *papers*, sem indicar que as informações não eram inéditas, e mesclou os resultados de dois grupos que participavam de ensaios clínicos com protocolos distintos. Ela também era acusada de ser negligente com uma manipulação de imagens feita por sua orientanda Milena Penkowa, escândalo que deu início à investigação. Milena deixou a Universidade de Copenhague em 2010. A acusação levou Bente a deixar a função de editora de duas revistas científicas e de conselheira de uma instituição de pesquisa

biomédica. Ela admitiu problemas em alguns artigos, mas sempre argumentou que não agiu de má-fé e o expediente de reutilizar os resultados de biópsias musculares é prática considerada normal entre seus pares.

Os estudos de Bente abordam os efeitos do exercício sobre a fisiologia dos músculos e buscam mecanismos capazes de acelerar a recuperação muscular. Ela era consultada com frequência pela imprensa dinamarquesa em reportagens sobre os benefícios do exercício físico.

O advogado da pesquisadora, Eigil Lego Andersen, disse à revista *Nature* que a decisão judicial “manda uma mensagem forte” para a DCSD mostrando que nem todos os erros ou imperfeições de uma pesquisa podem ser classificados como desonestidade. “Eles precisam ter uma definição mais precisa



DANIEL BUENO

do que é ou não desonestidade”, afirma. Henrik Gunst Andersen, que presidiu a DCSD durante a investigação do caso, disse que o governo dinamarquês está trabalhando para reformular os regulamentos da agência e acredita que a decisão da Justiça sobre o caso será considerada nessa revisão.

Diretrizes ampliadas

As Academias Nacionais dos Estados Unidos, que reúnem várias instituições representativas da comunidade científica norte-americana, publicarão ainda neste semestre um novo conjunto de recomendações para promover a integridade científica. O documento, fruto de um trabalho de dois anos, vai atualizar as diretrizes que vigoram desde 1992. Um dos novos temas contemplados será a abertura dos dados de pesquisa que abastecem os artigos científicos e a criação de *softwares* que facilitem o compartilhamento desses dados.

Segundo a revista *Chemistry World*, o comitê responsável pela revisão deverá expandir a definição de má conduta, considerando as responsabilidades não só dos pesquisadores, mas também das agências de fomento, instituições de pesquisa e periódicos. “É equivocado pensar que as adversidades podem ser resolvidas apenas afastando os indivíduos problemáticos”, afirma Paul Root Wolpe, especialista em bioética da Emory University, um dos integrantes do comitê. Evidências de que os casos de má conduta vêm sendo subestimados levaram à rediscussão das diretrizes.